

O DEBATE RACIAL NOS ODS

A PERSPECTIVA
DO MOVIMENTO NEGRO
BRASILEIRO

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 ERRADICAR
A FOME



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA

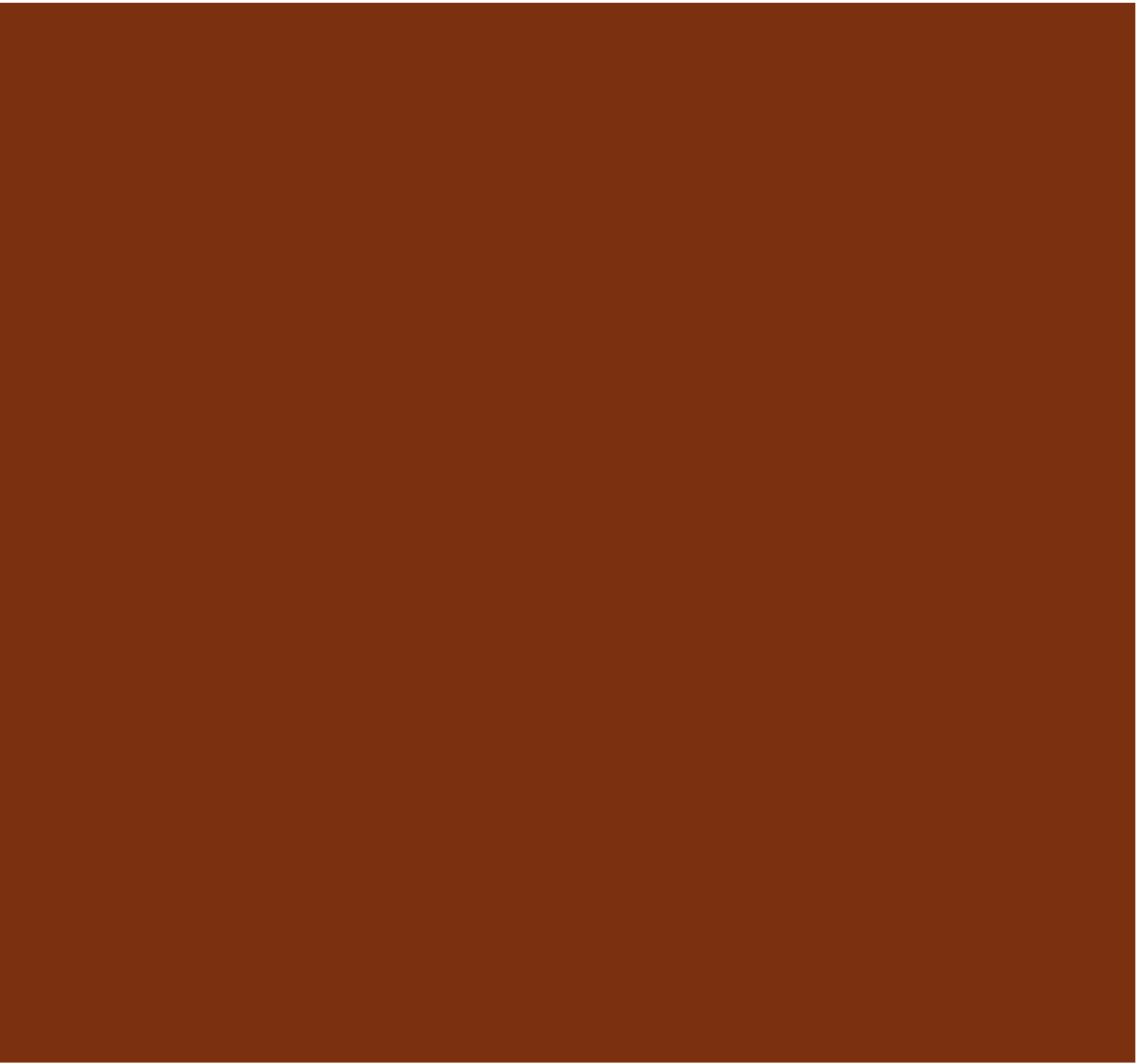


16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS PARA
A IMPLEMENTAÇÃO
DOS OBJETIVOS





ORGANIZAÇÃO

Natália de Sena Carneiro

TEXTOS

Leticia Leobet

Maria José Menezes

Natália de Sena Carneiro

Thiago Percides Pereira

Victor Oliveira

Winnie Bueno

PROJETO VISUAL

Silvana Martins Costa (Estúdio Aruêra)

REVISÃO

Layne Gabriele

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Alma Preta Jornalismo

Casa Sueli Carneiro

Coalizão Negra por Direitos

Criola

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Marcha das Mulheres Negras de São Paulo

Perifa Connection

REALIZAÇÃO

Geledés - Instituto da Mulher Negra

APOIO

Ford Foundation - Brasil

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



O DEBATE RACIAL NOS ODS

A PERSPECTIVA
DO MOVIMENTO NEGRO
BRASILEIRO

FEVEREIRO DE 2025



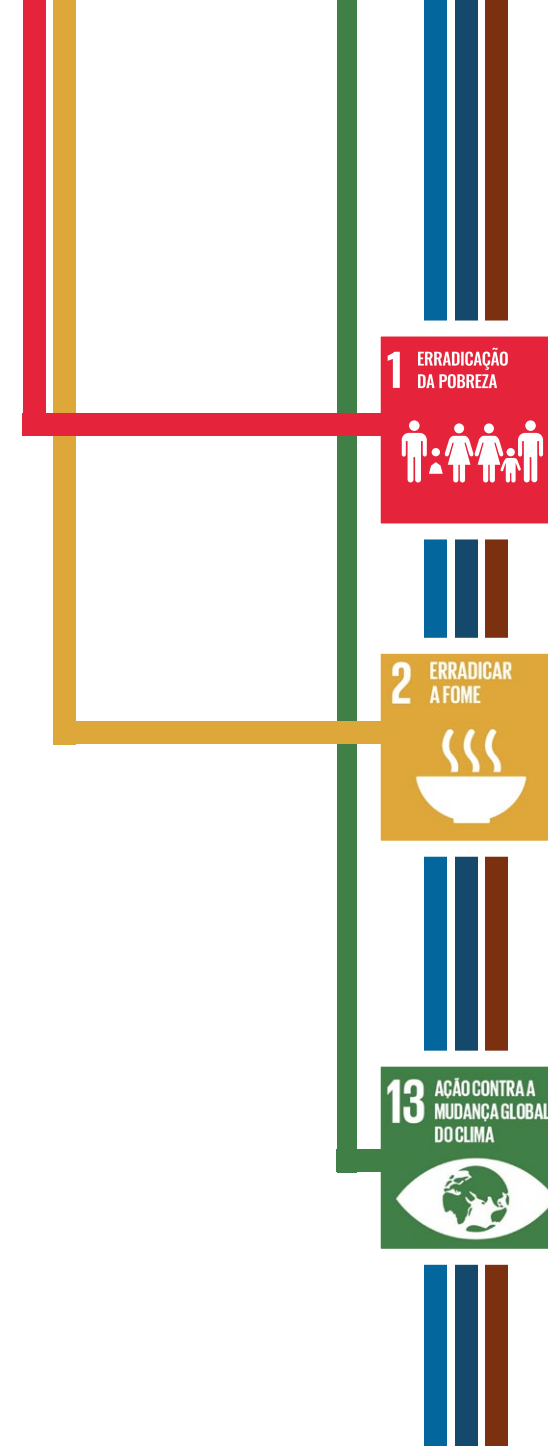
DELEGAÇÃO BRASILEIRA
NO FÓRUM POLÍTICO DE
ALTO NÍVEL (HLPF) PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM
CONVERSA COM A
REPRESENTANTE
DA DIVISÃO DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO
ITAMARATY, RAFAELA
JUNQUEIRA

FOTO: CASA SUELI CARNEIRO

ENTRE OS DIAS 8 e 17 de julho de 2024, uma delegação brasileira formada por diversas organizações do movimento negro e de mulheres negras — como Alma Preta Jornalismo, Casa Sueli Carneiro, Coalizão Negra por Direitos, Criola, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, PerifaConnection e Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam — participou do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na sede das Nações Unidas¹, em Nova Iorque. Este fórum é o principal espaço global de avaliação do progresso da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reunindo líderes e representantes de diversos países e setores da sociedade civil para discutir estratégias de implementação e monitoramento dessas metas.

Com o intuito de contribuir para os debates, as organizações brasileiras apresentaram propostas ao Itamaraty², visando a inclusão de suas perspectivas na Discussão Global dos ODS durante o Fórum de 2024. A participação ativa da sociedade civil foi considerada crucial para garantir que a implementação dos ODS ocorra de maneira inclusiva e equitativa, refletindo as diversas realidades sociais do país. Nesse contexto, as organizações negras brasileiras, cientes de sua importância no combate às desigualdades e na promoção de políticas de igualdade racial, trouxeram recomendações específicas ao governo brasileiro, buscando assegurar que o desenvolvimento sustentável também seja uma ferramenta de justiça social e racial. Confira as principais propostas encaminhadas para o debate global dos ODS em 2024.

1. Organização das Nações Unidas (ONU)
2. Ministério das Relações Exteriores



ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O desenvolvimento sustentável é inviável sem o enfrentamento do racismo, que aprofunda as desigualdades de riqueza e pobreza. A superação dessas desigualdades é um compromisso assumido pelo Brasil, essencial para a erradicação da pobreza.

ODS 2 - ERRADICAÇÃO DA FOME

A pobreza é um fator determinante para a insegurança alimentar, afetando de forma desproporcional mulheres e crianças. A cooperação internacional e regional é fundamental para avançar nesse objetivo, reconhecendo que as comunidades tradicionais, periféricas, rurais e urbanas são fontes de criação e manutenção de soluções inovadoras no combate à fome.

ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

A inclusão de perspectivas de raça e gênero nas políticas climáticas é crucial para garantir que as ações contra as mudanças climáticas atendam às necessidades de todas as populações de forma equitativa e justa.



ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

É necessário reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os contextos, incluindo a diminuição de 1/3 das taxas de feminicídio e homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e com deficiência.



OBJETIVO 17 - FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ausência de dados consistentes e detalhados sobre questões raciais gera uma "insegurança de cidadania", ou seja, muitos grupos historicamente marginalizados não têm suas realidades devidamente representadas e consideradas nas políticas públicas. O uso de indicadores globais, muitas vezes genéricos, permite que o Brasil, ao prestar contas sobre os avanços dos ODS, não precise apresentar dados desagregados que evidenciem as desigualdades raciais. Essa lacuna de informações dificulta a identificação precisa dos problemas e, como resultado, o Estado não é devidamente pressionado a desenvolver políticas que enfrentem as desigualdades de forma eficaz.

Essas recomendações visam assegurar a participação ativa e relevante das organizações negras no debate global sobre os ODS, contribuindo de maneira decisiva para a construção de uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais para todos.

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

Como estratégia para pressionar o governo brasileiro a assumir um compromisso concreto com a erradicação do racismo e fortalecer as práticas das comunidades tradicionais e afrodescendentes, tanto rurais quanto periféricas, as organizações destacam que esse compromisso é fundamental para promover a justiça social e garantir o cumprimento pleno da Agenda 2030.

Esta participação das organizações negras brasileiras se deu no contexto de um processo de treinamento para incidência internacional nos espaços da ONU e outros espaços multilaterais, promovido pela Fundação Ford.

NOTA DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO DO BRASIL

Ao Exmo. Sr. Ministro Márcio Macêdo,
Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

AS ORGANIZAÇÕES do Movimento Negro e de mulheres negras brasileiras que subscrevem este documento vêm, respeitosamente, expressar suas expectativas em relação à apresentação do Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil, no contexto da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, junto às Nações Unidas em Nova Iorque. Acreditamos que essa apresentação será capaz de refletir de forma coerente a diversidade e a realidade da população brasileira.

Dada a composição demográfica do Brasil, onde 56%³ da população se identifica como afrodescendente, é fundamental que o conteúdo do relatório considere e represente essa parcela significativa da sociedade. O compromisso do Brasil com a promoção da igualdade racial e o enfrentamento às múltiplas discriminações precisa ser reafirmado nos espaços multilaterais, através de uma postura firme e alinhada com esses princípios.

Estamos confiantes de que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, assumido voluntariamente pelo Brasil, será destacado no relatório, refletindo o compromisso do país com a erradicação do racismo. Além disso, esperamos que as contribuições das populações afrodescendentes sejam adequadamente valorizadas em todos os demais objetivos da Agenda 2030. Destacar essas

contribuições é fundamental, pois reconhecemos que a promoção da igualdade racial e o fortalecimento das práticas das comunidades tradicionais e afrodescendentes, especialmente as rurais e periféricas, são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Esse compromisso não só combate as desigualdades históricas, mas também fortalece o avanço integral da Agenda 2030, garantindo que o desenvolvimento sustentável seja verdadeiramente inclusivo e representativo de toda a diversidade do país.

Dessa forma, acreditamos que o governo brasileiro, sob a liderança da Secretaria-Geral da Presidência da República, mantém o compromisso com a construção de um país mais justo, igualitário, participativo e inclusivo, plenamente alinhado aos princípios e objetivos da Agenda 2030. Contamos com a sensibilidade e a responsabilidade de Vossa Excelência para assegurar que a apresentação do RNV do Brasil reflita de maneira fiel o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a erradicação do racismo.

Atenciosamente,

Assinam essa nota as seguintes organizações: **Alma Preta Jornalismo, Casa Sueli Carneiro, Coalizão Negra por Direitos, Criola, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, PerifaConnection e Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam.**



DELEGAÇÃO
BRASILEIRA NO
FÓRUM POLÍTICO
DE ALTO NÍVEL
(HLPF) PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
FOTO: IRADJ EGHARI

3. Para saber mais:
<<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial/populacao>>

Atuação de Geledés no HLPF 2024 e reflexões sobre ODS 1

Por Leticia Leobet*

Leticia Leobet é cientista social, com formação em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná. Atua como assessora internacional em Geledés - Instituto da Mulher Negra, com foco nas agendas de Desenvolvimento Sustentável, Clima e Racismo Ambiental. Representa Geledés em mecanismos de participação da sociedade civil, tanto a nível nacional quanto internacional. Na ONU, Leticia representou Geledés no NGO Major Group e no Women's Major Group, e, a nível nacional, no Grupo de Trabalho da Agenda 2030. Tem participado ativamente das últimas sessões do HLPF, COP, CSW e da Conferência da Sociedade Civil. Seu trabalho é centrado na vocalização da agenda racial como meio para alcançar justiça social, racial e de gênero. Leticia também é ativista do movimento negro.

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



4. Fórum Político
de Alto Nível

A PARTICIPAÇÃO de Geledés no *High-Level Political Forum*⁴ (HLPF) em 2024 foi marcada por reflexões profundas sobre a interseção entre o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o enfrentamento global do racismo. Este objetivo, que busca erradicar a pobreza em todas as suas formas, foi um dos temas centrais da revisão deste ano. Argumentamos que o ODS 1 deve ser abordado levando em conta as desigualdades estruturais que afetam populações historicamente marginalizadas, como a comunidade afrodescendente. A pobreza não se limita a uma questão econômica; trata-se de um fenômeno complexo, enraizado em disparidades raciais, sociais e ambientais, resultado de séculos de discriminação e exclusão sistêmica que ainda se perpetuam globalmente.

O racismo estrutural, presente nas economias ao redor do mundo, representa um dos maiores entraves à erradicação da pobreza. As comunidades afrodescendentes, em especial, enfrentam desafios econômicos, sociais e políticos interconectados que perpetuam ciclos de pobreza. No Brasil e em outras regiões, o racismo contribui diretamente para a manutenção de extremos de riqueza e pobreza, concentrando as populações afrodescendentes nos setores mais precarizados e com menor acesso a oportunidades de mobilidade econômica. Esse cenário é agravado por barreiras no acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços sociais.

Durante o HLPF, destacamos a urgência de políticas que reconheçam a interseccionalidade entre raça, gênero e pobreza, promovendo uma abordagem que vá além da simples redistribuição de recursos. É essencial que a formulação de políticas públicas e as decisões sobre investimentos globais considerem as especificidades das populações afrodescendentes, especialmente das mulheres, muitas vezes invisibilizadas nas agendas de desenvolvimento. A coleta de dados desagregados por raça é crucial para possibilitar uma análise precisa das disparidades e a implementação de soluções direcionadas.

A experiência de Geledés no enfrentamento das desigualdades estruturais e na promoção dos direitos da população afrodescendente aponta para o fortalecimento do empoderamento econômico por meio de políticas consistentes, inclusivas e equitativas. Isso envolve não apenas a redistribuição de renda, mas também a criação de oportunidades de geração de renda e inclusão no mercado formal para afrodescendentes. Além disso, o fortalecimento da resiliência comunitária é fundamental para mitigar os impactos da pobreza e garantir a inclusão social.

Outro ponto central nas discussões do HLPF foi a importância da participação política das comunidades afrodescendentes nos espaços de tomada de decisão. Sem



GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA PARTICIPOU DO ENCONTRO COM O MINISTRO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MÁRCIO MACÊDO, REALIZADO PELA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNODS) DURANTE O FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL DA ONU
FOTO NATÁLIA CARNEIRO

essa presença ativa e equitativa, as políticas globais correm o risco de perpetuar as condições de desigualdade.

Por fim, é importante ressaltar que Geledés atua de forma integrada nas agendas de desenvolvimento sustentável, tanto no cenário nacional quanto internacional, reforçando que sem o enfrentamento ao racismo, não há desenvolvimento sustentável. Defendemos que todos os ODS precisam incorporar a perspectiva racial para assegurar que ninguém seja deixado para trás.

ODS 1 e a Agenda das Mulheres Negras: Combatendo a Pobreza com uma Perspectiva Antirracista e Antissexista

Por Winnie Bueno



Winnie Bueno é uma pesquisadora, ativista antirracista e escritora brasileira do Rio Grande do Sul. Formada em Direito pela UFPel e mestre pela Unisinos, é doutoranda em Sociologia na UFRGS, com foco em raça, gênero e poder, com destaque a obra de Patricia Hill Collins. Criadora da Winnieteca, projeto de democratização da leitura para pessoas negras, Winnie também publica livros e artigos sobre questões raciais e sociais e atua como iyalorixá e consultora em Criola, oferecendo palestras e consultorias sobre racismo e inclusão.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



O OBJETIVO de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 visa erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares. Embora esse objetivo seja universalmente essencial, sua interseção com as realidades enfrentadas por mulheres negras no Brasil — especialmente no contexto do racismo e do sexismo — evidencia as desigualdades estruturais que agravam a pobreza para esse grupo demográfico. A Criola, organização focada no combate a essas desigualdades, desempenha um papel fundamental na defesa e no desenvolvimento de soluções que priorizam as necessidades e os direitos das mulheres negras, cis e trans.

A pobreza não se resume à ausência de recursos financeiros; trata-se de um fenômeno complexo e multidimensional, que cruza e se intersecciona com questões de raça, gênero e status social. No Brasil, a pobreza afeta desproporcionalmente a população negra, sendo as mulheres negras as mais vulneráveis dentro desse grupo. Elas enfrentam desafios únicos, moldados por séculos de discriminação racial, desigualdade de gênero e exclusão socioeconômica.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, em 2021, 39,8% das mulheres negras trabalhavam em empregos informais, em comparação com 27,3% das mulheres brancas. Além disso, as mulheres negras têm maior probabilidade de trabalhar no setor informal, receber salários mais baixos e enfrentar

maiores níveis de desemprego. Essa realidade reflete um ciclo de discriminação sistêmica que agrava a pobreza e dificulta o acesso a oportunidades de empoderamento econômico e mobilidade social.

O racismo e o sexismo estruturais estão profundamente enraizados na sociedade brasileira, perpetuando desigualdades que afetam diretamente as condições socioeconômicas das mulheres negras. O racismo, frequentemente institucionalizado, cria barreiras para o acesso dessas mulheres à educação de qualidade, ao trabalho decente e aos serviços públicos. O sexismo, por sua vez, agrava esses desafios, reforçando papéis tradicionais de gênero que confinam as mulheres negras a empregos de baixa remuneração e precários, como o trabalho doméstico, muitas vezes sem direitos trabalhistas ou proteções sociais.

Essas dinâmicas de discriminação resultam em uma concentração desproporcional de pobreza entre as mulheres negras. Embora a taxa geral de pobreza no Brasil tenha oscilado ao longo dos anos, as mulheres negras continuam desproporcionalmente representadas entre aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza. Isso reforça a necessidade urgente de políticas públicas que abordem as causas estruturais da pobreza de maneira multifacetada, reconhecendo e combatendo os efeitos combinados do racismo e do sexismo.

A ausência de políticas específicas para combater essas desigualdades revela a letargia governamental em reconhecer os desafios enfrentados pelas mulheres negras na luta contra a pobreza. Dados do IPEA e de outras agências demonstram a vulnerabilidade econômica desse grupo. Em 2020, 58,6% das mulheres negras ocupavam empregos precários, sem carteira assinada ou direitos trabalhistas garantidos. A pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais essas desigualdades: o impacto sobre o mercado de trabalho informal, onde as mulheres negras são maioria, resultou em uma queda expressiva de renda para esse grupo.

Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2021, as mulheres negras representavam 66% das pessoas em extrema pobreza no Brasil. Essas estatísticas revelam uma realidade alarmante e evidenciam a necessidade urgente de ações que combatam as desigualdades estruturais. Sem medidas antirracistas e antissexistas, as mulheres negras continuarão sendo as mais prejudicadas em termos de segurança econômica e social.

As políticas de redução da pobreza não devem seguir uma abordagem única. É necessário focar na natureza estrutural da pobreza, considerando que programas como o Bolsa Família, por exemplo, muitas vezes não atendem adequadamente às necessidades

das mulheres negras, mantendo-as em ciclos de dependência e reforçando estereótipos de gênero. O trabalho doméstico, uma das principais ocupações desse grupo, ainda é marcado pela precariedade, pelo assédio e pela exploração. A pobreza, para essas mulheres, é multidimensional, englobando falta de acesso à educação, à saúde e à moradia digna — sendo que 60% das famílias em déficit habitacional são chefiadas por mulheres negras.

Embora programas de assistência social, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, tenham impacto positivo, eles precisam ser ampliados e adaptados para atender adequadamente às necessidades das mulheres negras, garantindo suporte em áreas como saúde, educação e cuidados infantis, onde frequentemente enfrentam desvantagens adicionais devido ao racismo e ao sexismo.

Adicionalmente, a violência institucional e policial é um desafio constante, uma vez que muitas mulheres negras utilizam parte de seus benefícios para proteger seus filhos. Os programas de transferência de renda são criticados por sua abordagem moralista, que não promove a autonomia econômica das beneficiárias.

Para alcançar o ODS 1, é essencial aprimorar políticas públicas antirracistas e antissexistas, garantindo a inclusão produtiva e a autonomia das mulheres negras, por meio de

educação, microcrédito e proteção social adequada. Ao incorporar a agenda das mulheres negras no contexto mais amplo do ODS 1, o Brasil pode avançar significativamente em direção à erradicação da pobreza de forma verdadeiramente inclusiva.

A defesa, os programas de apoio e as iniciativas políticas de organizações lideradas por mulheres negras oferecem um modelo de como a sociedade civil pode desempenhar um papel crítico para garantir que grupos marginalizados sejam priorizados e empoderados. Essa abordagem não só está alinhada com os princípios do ODS 1, mas também reflete a missão mais ampla de criar uma sociedade livre de racismo, sexismo e desigualdade.

O combate a fome nas periferias precisa estar efetivado como uma prioridade na Agenda 2030

Por Thiago Percides Pereira



Thiago Percides Pereira, é advogado, assessor de incidência do PerifaConnection e pesquisador em direito antidiscriminatório, segurança pública e justiça criminal.



CERCA DE um bilhão de pessoas vivem em regiões periféricas ao redor do mundo, e esse número deve alcançar 2 bilhões nos próximos 30 anos. Apesar das periferias serem repletas de potencialidades, o desenvolvimento desses espaços é limitado pela carência de políticas públicas e pela ausência de um olhar atento do Estado às necessidades de seus moradores.

No Brasil, segundo o IBGE, 16,6 milhões de pessoas residem em mais de 10 mil favelas. Esse contingente, composto em grande parte por indivíduos que pertencem a diversos grupos de minorias sociais, representa 8% da população nacional. No entanto, essas comunidades permanecem sub-representadas nos espaços de decisão.

A fome, embora seja visível nas ruas dos centros urbanos, é muitas vezes negligenciada nas periferias, pela falta de atenção à realidade de quem vive em morros, complexos, cortiços e comunidades espalhadas pelo país.

Nos últimos anos, houve a expectativa de que, com a eleição de um governo mais alinhado à esquerda e o fortalecimento do debate global sobre a fome, os índices de insegurança alimentar no país diminuiriam significativamente. Contudo, os dados mostram que a situação continua crítica, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas ao combate à fome.



O ODS 2, que busca reduzir a fome e promover uma agricultura sustentável, estabelece como meta, até 2030, alcançar a fome zero, erradicar a má-nutrição e fomentar práticas agrícolas sustentáveis. Desde o lançamento deste ODS em 2016, entretanto, o Brasil tem avançado de forma lenta em relação às metas estipuladas pelas Nações Unidas.

Diversos fatores dificultam o caminho para a erradicação da fome no Brasil, como a redução da renda das famílias periféricas, a desigualdade socioeconômica, o desemprego, a informalidade, a baixa escolaridade, as mudanças climáticas e a inflação. Esses elementos afetam diretamente a segurança alimentar das populações vulneráveis.

Dados do IBGE mostram que a inflação de alimentos e bebidas foi de 14%, 7,9% e 11% nos anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente. Em 2023, a variação foi de apenas 1,03%, mas muitas famílias continuam enfrentando dificuldades para garantir o básico à mesa.

Além disso, segundo o IPEA⁵, a maioria dos indicadores relacionados à meta global de erradicação da fome teve um retrocesso, o que levanta questionamentos sobre o comprometimento do governo brasileiro em atingir a fome zero.

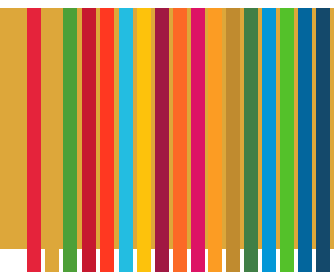
Durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU, em julho de 2024, o governo brasileiro reafirmou seu compromisso com o plano Brasil Sem Fome, destacando a vulnerabilidade de grupos minoritários, especialmente mulheres, afrodescendentes e populações indígenas,

e reiterou o objetivo de retirar o Brasil do mapa da fome até 2030.

Entretanto, a urgência do problema demanda que as metas globais sejam tratadas como prioridade e atingidas rapidamente, pois quem tem fome não pode esperar. A cooperação internacional e as articulações políticas têm sido importantes ferramentas para a sociedade civil no enfrentamento da insegurança alimentar no país. Destacam-se, nesse contexto, iniciativas de organizações do terceiro setor, que, conscientes da gravidade da situação, atuaram para colocar comida na mesa dos brasileiros. A campanha “Tem Gente Com Fome”, liderada pela Coalizão Negra Por Direitos durante a pandemia da COVID-19, é um exemplo desse esforço conjunto.

Ainda que a cooperação internacional e as articulações políticas sejam essenciais para assegurar o mínimo necessário às famílias em situação de fome, elas não podem ser a única resposta. A erradicação da fome exige enfrentar e superar os entraves estruturais. Nas periferias, permanecemos enfrentando estereótipos negativos, violência policial que retira vidas de forma brutal e contínuas violações de direitos humanos.

O movimento das favelas brasileiras clama por ser ouvido e exige que as políticas públicas sejam elaboradas com base nas realidades e nos anseios dos territórios periféricos. Não se pode pensar em Desenvolvimento Sustentável sem ações concretas para assegurar e validar os direitos humanos dessas comunidades.



Erradicar a fome e a pobreza requer o fim da concentração de renda

Por Maria José Menezes*



Maria José Menezes é ativista pelos direitos humanos, atuando na construção da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e da Coalizão Negra por Direitos. É bióloga, com mestrado pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Universidade Federal da Bahia, e atualmente está cursando doutorado na Universidade Federal do ABC.



A ERRADICAÇÃO da fome e da pobreza continua sendo um desafio global persistente, que afeta praticamente todas as regiões do mundo. Mesmo em países com políticas de bem-estar social eficazes, grupos sociais altamente vulneráveis frequentemente enfrentam dificuldades para acessar esses benefícios.

O *World Inequality Report 2022*⁶, que analisou a distribuição global de renda e patrimônio entre 1820 e 2020, revelou que, ao longo desse período, os 10% mais ricos mantiveram uma concentração de renda entre 50% e 60%, com um aumento gradual nas últimas décadas. Em termos numéricos, isso significa que 10% da população mundial, cerca de 517 milhões de pessoas, detêm 52% da renda global, equivalente a aproximadamente 550 trilhões de reais. Em relação ao patrimônio, esse grupo possui 75% do total mundial, somando cerca de 3,27 quatrilhões de reais.

Por outro lado, os 50% mais pobres sofreram uma queda acentuada em seus rendimentos e patrimônio ao longo dos dois séculos analisados. Para ilustrar, em 1820, essa parcela possuía 14% da renda mundial, mas esse percentual foi reduzido pela metade a partir do século XX, sem sinais de recuperação nas primeiras duas décadas do século XXI. Atualmente, estima-se que metade da população mundial controla apenas 8% da renda e 2% do patrimônio global.

⁶. Para saber mais: <https://wir2022.wid.world/>

As desigualdades de gênero também permanecem significativas, e o progresso em direção à equidade tem sido lento. O relatório aponta que a participação das mulheres nos rendimentos do trabalho aumentou apenas 5% entre 1990 e 2022, alcançando 35%. O objetivo, naturalmente, seria alcançar uma distribuição equitativa, com as mulheres recebendo 50% dos rendimentos.

As disparidades raciais agravam ainda mais essas desigualdades no acesso à renda e ao patrimônio. Nesse contexto, as mulheres afrodescendentes enfrentam uma dupla desvantagem, devido à combinação de racismo e sexismo.

Uma maneira de compreender as desigualdades de renda é analisar a diferença entre a riqueza líquida dos governos e do setor privado. Nos últimos 40 anos, enquanto os países se tornavam mais ricos, os governos, ao contrário, empobreceram, em grande parte devido à transferência de riqueza para o setor privado, impulsionada por políticas de privatização de empresas e serviços públicos.

A pandemia da COVID-19 intensificou esse cenário, trazendo um impacto fiscal profundo e agravando o endividamento dos países, especialmente daqueles que optaram pela privatização, favorecendo ainda mais o setor privado na concentração de renda e patrimônio. Na Europa, esse movimento resultou na reversão de

7. Para saber mais: <https://cee.fiocruz.br/?q=Privatizacoes-revertidas>

8. Para saber mais: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>

privatizações e na retomada de serviços e patrimônios por parte dos governos, que romperam contratos com empresas privadas⁷.

Esse cenário ressalta a urgência de medidas governamentais que reduzam as disparidades sociais de maneira mais eficiente, buscando um equilíbrio na repartição dos recursos econômicos e reforçando o papel do poder público para apoiar as comunidades em maior situação de fragilidade.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA NO BRASIL

O Brasil figura entre os países mais desiguais do mundo, com uma concentração de renda tão extrema que resulta em uma das maiores desigualdades sociais do planeta. A prova disso é que 28,3% das riquezas do país estão nas mãos de apenas 1% da população, evidenciando a injusta e perversa desproporcionalidade no acesso aos recursos nacionais. Dados recentes mostram que os 50% mais pobres da população brasileira têm, em média, uma renda 29 vezes menor que a dos 10% mais ricos.

De acordo com o IBGE, em 2022⁸, a renda no Brasil foi fortemente influenciada por questões de raça e gênero. No levantamento, o rendimento médio dos homens brancos era de R\$ 3.680,00, seguido pelas mulheres brancas, com R\$ 2.766,00; pelos homens pretos e



pardos, com R\$ 2.170,00; e, na base da pirâmide, pelas mulheres pretas e pardas, com R\$ 1.735,00. Isso significa que as mulheres pretas e pardas recebiam, em média, apenas 47% do rendimento dos homens brancos, 62,7% do das mulheres brancas e cerca de 80% em comparação aos homens pretos e pardos.

Essas disparidades apresentam a dupla discriminação enfrentada por essas mulheres, tanto de gênero quanto de raça. A profunda desigualdade de renda reflete a histórica e estrutural exclusão da população negra no país. Essas desigualdades não se limitam ao campo econômico; manifestam-se também no âmbito social e racial, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão que impede que negros e negras exerçam plenamente sua cidadania. Onde os direitos fundamentais são negados, as opressões se instauram, como mostram os dados do Mapa da Violência de 2024, que reafirmam tendências observadas em anos anteriores⁹.

No Brasil, as famílias afrodescendentes, especialmente aquelas em que as mulheres negras são as principais provedoras de renda, são desproporcionalmente afetadas pela carga tributária. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), essas famílias pagam mais impostos em comparação a outros grupos, apesar de terem rendas significativamente menores.

9. Para saber mais:
<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/287/atlas-da-violencia-2024>>

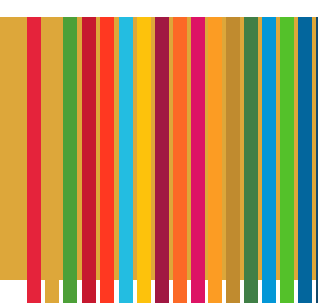
10. Para saber mais:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-perde-r-417-bi-por-ano-com-sonegacao-de-impostos-diz-estudo>>

Isso ocorre porque os impostos indiretos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos sobre o consumo, compõem uma grande parte da arrecadação fiscal do Brasil. Esses impostos são regressivos, ou seja, representam uma parcela maior da renda dos pobres do que dos ricos. Em contraste, os mais ricos frequentemente se beneficiam de isenções tributárias e outros incentivos fiscais. Um estudo que mensurou a sonegação fiscal de empresas revelou que as perdas para os cofres públicos podem ultrapassar R\$ 471 bilhões por ano¹⁰.

As políticas fiscais e econômicas do país, portanto, impactam de forma desproporcional os grupos historicamente vulneráveis, como a população afrodescendente, e contribuem para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de reformas tributárias que promovam a justiça fiscal, reduzindo a dependência de impostos regressivos e aumentando a progressividade do sistema tributário.

Essas reformas são essenciais para aliviar, de forma definitiva, o peso que recai sobre os bolsos da população afrodescendente na manutenção do Estado e garantir uma distribuição mais justa das responsabilidades fiscais no Brasil.

Enquanto houver racismo não haverá democracia!



Para cumprir os ODS, o Estado brasileiro precisa parar de matar pessoas negras

Por Natália Carneiro*



*Texto publicado originalmente na Revista Cult
Acesse o texto: <https://revistacult.uol.com.br/home/para-cumprir-os-ods/>

Natália Carneiro, jornalista, é diretora e coordenadora de comunicação da Casa Sueli Carneiro.

NO PERÍODO de dez anos (2012-2022), o Brasil registrou o assassinato de 445.442 pessoas negras. De acordo com o Atlas da Violência de 2024, isso equivale a uma pessoa negra morta a cada 12 minutos. Esse dado alarmante não tem sido suficiente para que o Estado brasileiro desenvolva e implemente estratégias eficazes para interromper o genocídio da população negra no país. Pelo contrário, o Estado também é responsável por essas mortes.

Em maio de 2020, durante uma operação na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo, na Grande Rio, policiais civis foram indiciados por homicídio duplamente qualificado pela execução de João Pedro; no entanto, foram absolvidos no dia 10 de julho, enquanto organizações da Coalizão Negra por Direitos estavam na sede da ONU.

Entre os dias 8 e 18 de julho, ocorreu, em Nova Iorque, Estados Unidos, o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) para o Desenvolvimento Sustentável, a principal instância da ONU para avaliar o avanço da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse evento, o Estado brasileiro assumiu compromissos para construir, junto a outros países, uma sociedade mais justa, em alinhamento com os 17 ODS. Embora as organizações negras presentes não tivessem espaço para fala durante as sessões do fórum, continuaram a influenciar



o debate, apresentando sugestões para que o Brasil se comprometa com as metas da Agenda 2030 voltadas para a população negra.

O ODS 16, que trata de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, estabelece o compromisso de reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade associadas. Para alcançar esse objetivo, é urgente que o Brasil interrompa os assassinatos de pessoas negras e implemente políticas de segurança que protejam aqueles que estão em maior risco de homicídio no país.

Os objetivos da Agenda 2030 só serão alcançados quando as pessoas negras no Brasil puderem exercer plenamente seus direitos e quando nossas crianças e jovens puderem brincar sem o medo constante de terem suas vidas ceifadas pela polícia. É fundamental garantir que homens e mulheres negras possam construir suas famílias sem o receio constante de perderem seus entes queridos para a violência estatal, que se alinha a uma política contrária à população negra.

Organizações do Movimento Negro incidem e avaliam Fórum Político de Alto Nível da ONU 2024

Por Victor Oliveira*



Victor Oliveira é jornalista formado pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e especializado em plataformas digitais pela Faculdade Cásper Líbero (FCL). Foi assessor parlamentar na Câmara dos Deputados e jornalista da Associação de Jornalismo Digital (Ajour). Atualmente, é gerente de projetos na Alma Preta Jornalismo.

11. Para saber mais: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/forum-politico-de-alto-nivel-sobre-desenvolvimento-sustentavel-tem-inicio-em-nova-york>

ENTRE OS dias 8 e 17 de julho de 2024, o Fórum Político de Alto Nível (HLPF), organizado pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, teve como objetivo reforçar a Agenda 2030, focando na erradicação da pobreza em tempos de crises múltiplas, além de avaliar a entrega efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras.

Nesse contexto, as nações membros da ONU se reuniram para apresentar seus avanços, dificuldades e relatórios, com o objetivo de compreender os desafios para alcançar os compromissos estabelecidos pela Agenda 2030. Durante o evento, cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram intensamente debatidos, conforme previsto na programação.

De acordo com o site oficial¹¹ do HLPF, "sem prejuízo da natureza integrada, indivisível e interligada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foram revisados em profundidade:

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos;

- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- **Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável."

Além da participação dos representantes das nações, o evento contou com a colaboração da sociedade civil. No caso das organizações negras, foi elaborado coletivamente um documento para estabelecer parâmetros e posicionamentos sobre cada um dos cinco ODS, com especial atenção ao ODS 17, que trata da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O ODS 17 atua em cinco pilares fundamentais: Finanças, Tecnologia, Capacitação, Comércio e Questões Sistêmicas, somando 19 indicadores divididos por temática. Durante uma reunião oficial com as organizações do Movimento Negro, que antecedeu a agenda do HLPF, o destaque foi o eixo de Questões Sistêmicas, que prevê o desenvolvimento de dados qualificados, essenciais para que os países possam criar políticas públicas eficazes, principalmente no atendimento às minorias, conforme o indicador 17.18.

O indicador 17.18 estipula que, até 2020, o apoio à capacitação dos países em desenvolvimento, incluindo os menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares, deve ser reforçado para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

Durante a Assembleia, o ODS 17 foi o primeiro a ser discutido em plenário, onde ocorriam as reuniões oficiais. De acordo com a análise do grupo e do representante da Alma Preta Jornalismo, o debate sobre esse ODS destacou a importância das colaborações internacionais e nacionais, com menções diretas e indiretas a parcerias público-privadas, variando conforme o contexto de cada país.

Apesar de destacar essas colaborações para o fortalecimento dos cinco eixos do ODS 17, o governo brasileiro não considerou as questões raciais e as barreiras estruturais como pilares fundamentais para atingir seus resultados na Agenda 2030. Na avaliação das organizações do Movimento Negro presentes no HLPF, a falta de dados consistentes sobre raça gera insegurança em relação à cidadania. Isso se reflete no momento da prestação de contas, quando o Brasil não dispõe de informações suficientes, o que dificulta

a responsabilização do Estado e perpetua as desigualdades.

Por fim, segundo o Relatório Luz , que evidencia o trabalho das Organizações da Sociedade Civil em contraponto à ineficiência do governo brasileiro, o ODS 17 ainda está longe de ser cumprido. A conclusão desse objetivo, de acordo com os parâmetros prometidos, não deve ser alcançada. Assim, é de extrema importância que os planos para a adequação dessas metas sejam revistos, para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam efetivamente cumpridos, especialmente sob a ótica daqueles que vivenciam esses desafios na prática. De acordo com o levantamento do relatório, das 19 metas atribuídas ao ODS, 6 são classificadas como insuficientes, 4 estão em retrocesso, 3 são consideradas satisfatórias e 6 permanecem estagnadas.



ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

REALIZAÇÃO



GELEDÉS
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

